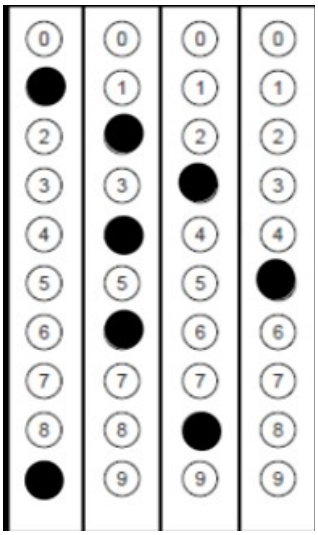
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM PORTO VELHO
Processo de Seleção de Residente Jurídico - Edital nº 01/2026/PJM/PVH/RO

INSTRUÇÕES

1. Escreva seu nome completo, de forma legível, no local indicado do cartão de resposta;

2. No cartão de respostas, assinale a alternativa considerada correta para cada questão, preenchendo todo o espaço conforme exemplo abaixo;



3. Será anulada a questão que contiver mais de uma resposta assinalada ou qualquer tipo de rasura;

4. Transcreva as respostas das questões subjetivas para a folha de respostas definitiva;

5. A prova terá duração total de **5 horas**, contadas a partir da autorização de seu início, já incluídos o tempo para marcação do gabarito e para transcrição das respostas definitivas das questões subjetivas;

6. Os cartões de respostas deverão ser preenchidos com caneta esferográfica de tinta azul ou preta e devolvidos ao fiscal ao término da prova;

7. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, gravador, pager, etc.), livros, anotações, dentre outros materiais.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM PORTO VELHO
Processo de Seleção de Residente Jurídico - Edital nº 01/2026/PJM/PVH/RO

PROVA OBJETIVA

GRUPO I

1. Sobre a composição e a competência do Superior Tribunal Militar, assinale a alternativa correta.

A) Os Ministros militares podem ser escolhidos entre oficiais-generais da reserva remunerada, desde que tenham alcançado, na ativa, o posto mais elevado da carreira em sua Força.

B) Os Ministros civis oriundos da advocacia são nomeados pelo Presidente da República a partir de lista sêxtupla elaborada pelo Conselho Federal da OAB e enviada ao STM.

C) A nomeação dos Ministros depende de aprovação do Senado, e dois dos civis são escolhidos, de forma paritária, entre juízes federais da Justiça Militar e membros do MPM.

D) O STM exerce jurisdição recursal sobre as decisões das Justiças Militares estaduais nos crimes militares praticados por policiais militares e bombeiros militares dos Estados.

2. Acerca da competência da Justiça Militar da União, assinale a alternativa correta.

A) A competência da Justiça Militar da União alcança apenas os militares da ativa, de modo que os militares da reserva e os reformados são julgados pela Justiça comum.

B) À Justiça Militar da União compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei, inclusive quando praticados por civis.

C) Os crimes dolosos contra a vida de civil praticados por militar das Forças Armadas são julgados pelo Tribunal do Júri, mesmo quando cometidos em operação de GLO.

D) Compete à Justiça Militar da União julgar habeas corpus contra punição disciplinar imposta por autoridade das Forças Armadas, por se tratar de matéria castrense.

3. Sobre os princípios institucionais do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

A) O princípio da unidade significa que o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados formam uma só instituição, sob a chefia do Procurador-Geral da República.

B) O princípio da independência funcional subordina o membro às orientações do Procurador-Geral quanto ao mérito de suas manifestações processuais.

C) A inamovibilidade é garantia absoluta, não admitindo remoção por interesse público em nenhuma hipótese.

D) Pelo princípio da indivisibilidade, os membros podem substituir-se uns aos outros no mesmo processo, sem alteração da relação processual, porque atuam em nome da instituição.

4. Quanto às funções institucionais do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

A) É vedado ao Ministério Público exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

B) A legitimação do Ministério Público para o inquérito civil e a ação civil pública impede que terceiros ajuízem ações civis nas mesmas hipóteses.

C) O controle externo da atividade policial estabelece relação de subordinação hierárquica da polícia judiciária ao Ministério Público.

D) Os membros do Ministério Público podem residir fora da comarca de lotação independentemente de autorização do chefe da instituição.

5. A respeito do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), assinale a alternativa correta.

A) O CNMP é presidido pelo Presidente do Conselho Federal da OAB, que dele participa com direito a voto, cabendo ao PGR a função de Corregedor nacional.

B) O CNMP pode apreciar a legalidade de atos administrativos de membros e órgãos do MP, mas não pode rever o conteúdo de atos da atividade-fim.

C) O Corregedor nacional é escolhido em votação aberta entre quaisquer integrantes do Conselho, inclusive advogados e cidadãos, admitida a recondução.

D) As ouvidorias do Ministério Público recebem reclamações contra membros e representam diretamente ao Procurador-Geral da República, e não ao CNMP.

6. Sobre as Forças Armadas e o regime constitucional dos militares, assinale a alternativa correta.

A) Ao militar é permitida a sindicalização para defesa de interesses remuneratórios da categoria, sendo-lhe vedado apenas o exercício do direito de greve.

B) O militar da ativa pode filiar-se a partido político, desde que não exerça atividade político-partidária durante o serviço nem utilize o uniforme.

C) Não caberá *Habeas Corpus* em relação a punições disciplinares.

D) O Militar não poderá se sindicalizar, mas é resguardado o direito a greve.

7. Sobre as modalidades de licitação na Lei 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

A) É vedada a criação de outras modalidades de licitação, bem como a combinação das modalidades previstas na lei.

B) O pregão é a modalidade adequada à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

C) O leilão exige registro cadastral prévio e fase de habilitação dos licitantes.

D) O diálogo competitivo pode ser adotado sempre que a Administração julgar conveniente ouvir o mercado, ainda que o objeto não envolva inovação tecnológica ou técnica.

8. Acerca da contratação direta, assinale a alternativa correta.

A) As hipóteses de inexigibilidade constituem rol taxativo, enquanto as de dispensa são meramente exemplificativas.

B) A contratação de serviço de publicidade e divulgação com empresa de notória especialização é hipótese de inexigibilidade, por se tratar de serviço técnico de natureza intelectual.

C) A aquisição de materiais de uso das Forças Armadas, salvo os de uso pessoal e administrativo, quando necessária à padronização logística, é hipótese de dispensa.

D) A Lei 14.133/2021 deixou de elencar hipóteses de contratação direta.

9. Sobre o processo licitatório na Lei 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

A) A licitação sob a forma presencial é vedada pela lei, que impõe a forma eletrônica como única forma de realização das sessões públicas.

B) O desatendimento de exigência meramente formal, ainda que não comprometa a aferição da qualificação do licitante, acarreta seu afastamento do certame.

C) O conteúdo das propostas é público desde a sua apresentação, em homenagem ao princípio da transparência que rege todo o processo licitatório.

D) A habilitação pode anteceder as fases de propostas e de julgamento, por ato motivado e com previsão expressa no edital.

10. Assinale a alternativa que indica corretamente os órgãos da Justiça Militar da União.

A) Superior Tribunal Militar, Tribunais Regionais Militares, Corregedoria da Justiça Militar, Conselhos de Justiça e juízes federais da Justiça Militar, titulares e substitutos.

B) Superior Tribunal Militar, Corregedoria da Justiça Militar, Juiz-Corregedor Auxiliar, Conselhos de Justiça e juízes federais da Justiça Militar, titulares e substitutos.

C) Superior Tribunal Militar, Procuradoria-Geral da Justiça Militar, Corregedoria da Justiça Militar, Auditorias Militares e Conselhos de Justiça.

D) Superior Tribunal Militar, Conselhos de Justiça e Juízes-Auditores, estes vinculados administrativamente aos Comandos das Forças Singulares e à Corregedoria.

11. Compete ao Superior Tribunal Militar:

A) processar e julgar originariamente os oficiais-generais das Forças Armadas nos crimes militares definidos em lei.

B) julgar os conflitos de competência entre juiz federal da Justiça Militar e juiz de direito da Justiça Militar estadual.

C) julgar os recursos contra decisões dos Tribunais de Justiça Militar estaduais.

D) declarar a inconstitucionalidade de lei pelo voto da maioria dos Ministros presentes à sessão.

12. Sobre a composição e a organização do Superior Tribunal Militar, assinale a alternativa correta.

A) O limite etário máximo para a escolha de Ministro civil é o previsto no texto da LOJMU, que prevalece sobre a Constituição por ser norma especial.

B) O Conselho de Administração, quando instituído, decide matéria jurisdicional de competência das Turmas.

C) Os Ministros militares permanecem na ativa, em quadros especiais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

D) O Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal são escolhidos pelo Presidente da República entre os Ministros militares.

13. Constitui atribuição do Ministério Público Militar junto aos órgãos da Justiça Militar:

A) presidir o inquérito policial-militar quando o fato for de difícil elucidação.

B) exercer a representação judicial das Forças Armadas nas ações cíveis decorrentes de crimes militares.

C) arquivar o inquérito policial-militar, quando entender ausente justa causa, sempre com submissão ao órgão de revisão.

D) promover a declaração de indignidade ou de incompatibilidade para o oficialato.

14. Sobre o Procurador-Geral da Justiça Militar, assinale a alternativa correta.

A) É nomeado pelo Presidente da República, entre membros da carreira, após aprovação de seu nome pelo Senado Federal, a exemplo do que ocorre com o Procurador-Geral da República.

B) É nomeado pelo Procurador-Geral da República, a partir de lista tríplice elaborada pelo Colégio de Procuradores;

C) É escolhido em lista tríplice elaborada pelo Conselho Superior e pode ser exonerado livremente, a qualquer tempo, pelo Procurador-Geral da República.

D) Preside o Conselho Superior, mas não integra o Colégio de Procuradores, órgão autônomo dirigido pelo Procurador mais antigo e eleito por seus pares.

15. Quanto aos órgãos do Ministério Público Militar, assinale a alternativa correta.

A) O Corregedor-Geral é nomeado pelo Procurador-Geral da Justiça Militar entre os Procuradores da Justiça Militar, a partir de lista elaborada pelo Colégio de Procuradores.

B) O Colégio de Procuradores da Justiça Militar é integrado apenas pelos Subprocuradores-Gerais, cabendo-lhe elaborar a lista para a escolha do Corregedor-Geral.

C) Cabe à Câmara de Coordenação e Revisão manifestar-se sobre o arquivamento de IPM, salvo competência originária do Procurador-Geral, e decidir conflitos de atribuição.

D) O Conselho Superior é composto por todos os membros vitalícios da carreira, que deliberam por maioria simples, inclusive em matéria disciplinar.

GRUPO II

16. Sobre a aplicação da lei penal no tempo, assinale a alternativa correta.

A) A lei excepcional ou temporária aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, mesmo depois de cessada sua duração.

B) A abolitio criminis faz cessar a execução e todos os efeitos da sentença condenatória, inclusive a obrigação de indenizar o dano causado.

C) A lei posterior mais benéfica não alcança fatos já decididos por sentença condenatória transitada em julgado, em respeito à coisa julgada.

D) O Código Penal adota a teoria do resultado para o tempo do crime, considerando-o praticado no momento em que se produz o resultado.

17. Acerca da imputabilidade penal, assinale a alternativa correta.

A) O agente semi-imputável por perturbação da saúde mental é isento de pena, devendo o juiz aplicar-lhe obrigatoriamente medida de segurança.

B) A embriaguez completa, voluntária ou culposa, exclui a imputabilidade, por impedir o agente de compreender o caráter ilícito do fato no momento da conduta.

C) Para os menores de dezoito anos, adota-se o critério biopsicológico, exigindo-se prova pericial da incapacidade de entendimento do adolescente.

D) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa decorrente de caso fortuito ou força maior, era inteiramente incapaz de entendimento ou autodeterminação.

18. Sobre o concurso de pessoas, assinale a

alternativa correta.

A) O ajuste, a determinação, a instigação e o auxílio são puníveis ainda que o crime não chegue a ser tentado, pois revelam periculosidade do agente.

B) Não se comunicam as circunstâncias e condições pessoais, salvo quando elementares, como a de funcionário público no peculato, conhecida pelo particular.

C) A participação de menor importância exclui a responsabilidade penal do partícipe, que responde apenas na esfera civil pelos danos decorrentes do crime.

D) O Código Penal adota, como regra, a teoria pluralista, atribuindo a cada concorrente um crime autônomo, conforme sua própria conduta e seu próprio dolo.

19. Sobre os efeitos da condenação, assinale a alternativa correta.

A) Os efeitos específicos do art. 92 do Código Penal são, em regra, automáticos e dispensam fundamentação, por decorrerem diretamente da condenação.

B) A perda do produto do crime em favor da União depende de pedido expresso do Ministério Público e de fundamentação específica na sentença.

C) São também efeitos da condenação a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 (quatro) anos.

D) Os efeitos específicos do art. 92 dependem de pedido expresso da acusação para serem declarados, sob pena de violação ao princípio da correlação.

20. Sobre os crimes em licitações e contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

A) Constitui crime de fraude à licitação a entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidade diversas das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais;

B) No crime de contratação inidônea, somente o agente público é punido; o declarado inidôneo que participa do certame pratica apenas infração administrativa.

C) O patrocínio de contratação indevida se consuma independentemente de a licitação ou o contrato virem a ser invalidados pelo Poder Judiciário.

D) Quem se abstém ou desiste de licitar em razão de vantagem oferecida pratica fato atípico, punindo-se apenas aquele que ofereceu a vantagem.

21. Sobre o crime militar em tempo de paz, assinale a alternativa correta.

A) Configura crime militar o fato típico praticado por militar contra outro militar, ainda que ambos estejam na reserva ou reformados.

B) A Justiça Militar estadual julga os crimes dolosos contra a vida praticados por policial militar em serviço contra civil, por meio do Conselho de Justiça.

C) Civis não podem praticar crime militar em tempo de paz, pois a lei penal militar só os alcança nos crimes cometidos em tempo de guerra.

D) Crimes previstos apenas na legislação penal comum ou especial podem ser militares, se praticados em alguma das hipóteses do inciso II do art. 9º do CPM.

22. Segundo o Código Penal Militar (CPM), assinale a alternativa correta.

A) O militar da reserva ou reformado, quando empregado na administração militar, equipara-se ao militar da ativa para efeito da aplicação da lei penal militar.

B) O defeito do ato de incorporação ou de matrícula exclui a aplicação da lei penal militar, ainda que alegado somente depois da prática do crime.

C) Os militares estrangeiros em comissão ou estágio em instituições militares brasileiras não se sujeitam à lei penal militar, mas à de seu país.

D) O CPM compreende, além dos crimes militares, as infrações dos regulamentos disciplinares, que passam a ser apuradas como crimes.

23. Sobre as penas acessórias previstas no CPM, assinale a alternativa correta.

A) A perda de posto e patente e a exclusão das Forças Armadas não figuram no rol de penas acessórias do CPM, sendo tratadas apenas em lei especial.

B) Equipara-se à função pública, para esse fim, a exercida em empresa pública, autarquia ou sociedade de economia mista.

C) A imposição de qualquer pena acessória deve sempre constar expressamente da sentença, não havendo exceção prevista no CPM.

D) A incompatibilidade com o oficialato atinge o militar condenado por qualquer crime contra a administração militar, independentemente da pena.

24. Sobre a extinção da punibilidade no CPM, assinale a alternativa correta.

A) O ressarcimento do dano extingue a punibilidade em qualquer crime contra o patrimônio sob administração militar, doloso ou culposo.

B) A extinção da punibilidade de crime que é

pressuposto ou elemento constitutivo de outro estende-se automaticamente a este.

C) A prescrição, embora não alegada pelas partes, deve ser declarada de ofício.

D) A execução das penas acessórias prescreve nas mesmas condições da execução da pena principal.

25. Sobre a deserção e os crimes correlatos no CPM, assinale a alternativa correta.

A) Fica isento de pena o favorecedor de desertor que seja seu ascendente, descendente, cônjuge ou irmão.

B) Pratica deserção por evasão o militar que deixa de retornar à unidade ao término de suas férias regulamentares.

C) O concerto de militares para a prática da deserção somente é punível quando a deserção chega a se consumar.

D) A conduta do oficial que deixa de proceder contra desertor entre seus comandados não constitui crime militar.

26. Sobre o art. 290 do CPM (tráfico, posse ou uso de entorpecente), assinale a alternativa correta.

A) O tipo exige a finalidade de comércio, de modo que trazer consigo substância entorpecente para uso próprio é conduta atípica.

B) O militar que fornece entorpecente a outro militar incorre no art. 290, ainda que o fato ocorra em lugar não sujeito à administração militar.

C) A forma qualificada do art. 290 incide sempre que o agente for militar em serviço, independentemente de sua profissão.

D) Apresentar-se o militar para o serviço sob efeito de entorpecente é mera transgressão disciplinar, sem previsão no art. 290.

27. Sobre o furto no CPM, assinale a alternativa correta.

A) O furto de uso configura-se ainda que a coisa subtraída não seja restituída nem reposta no lugar onde se achava.

B) No furto atenuado, a lei não autoriza o juiz a considerar a infração como disciplinar, apenas a abrandar a sanção.

C) A subtração de arma possui regramento específico no CPM, sendo que o furto de munição é enquadrado na modalidade "simples".

D) Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

28. Sobre os crimes contra a autoridade e a disciplina militar, assinale a alternativa correta.

A) O desacato a servidor público previsto no CPM configura-se em qualquer local, desde que o servidor esteja no exercício da função.

B) O crime de ingresso clandestino exige que o agente empregue violência ou grave ameaça contra a sentinela ou o vigia.

C) O desrespeito a superior exige, como elementar do tipo, que o fato seja praticado diante de outro militar.

D) A desobediência pressupõe ordem de superior hierárquico do agente, não bastando ordem legal de autoridade militar.

29. Sobre as fontes e a interpretação do Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta.

A) Havendo divergência, no caso concreto, entre o CPPM e tratado de que o Brasil seja signatário, prevalecem as normas do tratado.

B) Os casos omissos do CPPM são supridos exclusivamente pela legislação de processo penal comum, vedado o uso da analogia.

C) A interpretação extensiva é admitida mesmo quando cerceia a defesa pessoal do acusado, se manifesta a intenção da lei.

D) A Justiça Militar estadual segue o CPPM inclusive quanto à organização de Justiça, aos recursos e à execução de sentença.

30. Sobre o inquérito policial-militar, assinale a alternativa correta.

A) A autoridade militar pode mandar arquivar os autos de inquérito quando concluir pela inexistência de crime.

B) O inquérito só pode ser iniciado de ofício pela autoridade militar, não havendo previsão de instauração por requisição do MP.

C) O inquérito não pode ser dispensado, ainda que o fato e sua autoria já estejam esclarecidos por documentos.

D) O arquivamento não obsta novo inquérito se aparecerem novas provas, ressalvados a coisa julgada material e a extinção da punibilidade.

31. Sobre a competência no CPPM, assinale a alternativa correta.

A) No caso de tentativa, a competência é determinada pelo lugar em que deveria produzir-se o resultado do

crime.

B) Se não for conhecido o lugar da infração, a competência regula-se pela residência ou domicílio do acusado.

C) A competência por prerrogativa do posto ou da função decorre da natureza da infração, e não do posto ou da função.

D) Os crimes militares cometidos fora do território nacional são, em regra, processados na Auditoria mais próxima da fronteira.

32. Sobre conexão e continência no CPPM, assinale a alternativa correta.

A) A conexão e a continência determinam a unidade do processo inclusive no concurso entre a jurisdição militar e a comum.

B) No concurso entre a jurisdição especializada e a cumulativa, prepondera a cumulativa, por ser mais abrangente.

C) Há continência por cumulação subjetiva quando duas ou mais pessoas forem acusadas da mesma infração.

D) Da decisão do juiz que separa os processos por excesso de acusados não cabe nenhum recurso.

33. Sobre os conflitos de competência no CPPM, assinale a alternativa correta.

A) O conflito só pode ser suscitado pela autoridade judiciária, não sendo admitida sua provocação pelo acusado.

B) Da decisão final do conflito cabe recurso ao Superior Tribunal Militar, em sessão plenária.

C) O conflito negativo deve ser suscitado sempre em autos apartados, vedada sua suscitação nos próprios autos.

D) Há conflito negativo quando cada uma de duas ou mais autoridades judiciárias entende que cabe a outra conhecer do processo.

34. Sobre a instrução criminal no CPPM, assinale a alternativa correta.

A) A instrução criminal é sempre secreta, para preservar a hierarquia, a disciplina militar e a segurança nacional.

B) Presentes mais de um acusado, serão interrogados separadamente, não podendo um ouvir o interrogatório do outro.

C) O revel que comparecer após o início do processo tem direito à repetição dos atos já praticados.

D) Provada a maioridade do acusado no curso da instrução, invalidam-se os atos praticados com a assistência do curador.

35. Sobre os recursos e a revisão no CPPM, assinale a alternativa correta.

A) O Ministério Público pode desistir do recurso que haja interposto, desde que o faça antes do julgamento.

B) A revisão de processo findo só pode ser requerida enquanto não cumprida integralmente a pena imposta.

C) Na revisão, em hipótese alguma poderá ser agravada a pena imposta pela sentença revista.

D) Cabem embargos infringentes contra acórdão unânime do STM, desde que opostos pelo réu.

36. Sobre as nulidades no CPPM, assinale a alternativa correta.

A) A parte pode arguir nulidade a que tenha dado causa, desde que demonstre prejuízo para a defesa.

B) A falta de citação não se sana com o comparecimento do interessado, ainda que antes de o ato consumar-se.

C) A sentença do Conselho de Justiça proferida com juiz impedido é sempre nula, ainda que a maioria se forme sem o seu voto.

D) A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo ser remetido ao juiz competente.

37. De acordo com os precedentes indicados no material, assinale a alternativa correta.

A) A insubmissão caracteriza-se quando provado, por documento hábil nos autos, que o conscrito conhecia a data e o local de sua apresentação.

B) Alegações de ordem particular ou familiar, ainda que desacompanhadas de provas, excluem a culpabilidade na deserção e na insubmissão.

C) Para a praça estável, a condição de procedibilidade da ação penal por deserção é a reinclusão, e não a reversão ao serviço ativo.

D) O desertor sem estabilidade julgado incapaz em inspeção de saúde não pode ser isento do processo, ainda que ouvido o MPM.

38. De acordo com os precedentes indicados no material, assinale a alternativa correta.

A) A Lei 9.099/1995 aplica-se à Justiça Militar da União nas infrações de menor potencial ofensivo.

B) Em razão da especialidade da legislação militar, a Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas) não se aplica à Justiça Militar da União.

C) A suspensão condicional da pena é espécie de pena, e

o cumprimento do período de prova autoriza o indulto.

D) A extinção da punibilidade em IPI, IPD e IPM dispensa decisão, bastando o despacho de arquivamento dos autos.

39. De acordo com os precedentes do STM e da CCR do MPM, assinale a alternativa correta.

A) Os crimes de tortura e maus-tratos contra civis, praticados por militares das Forças Armadas nas hipóteses do art. 9º, II, b, c e d, do CPM, continuam crimes comuns.

B) Os crimes dolosos contra a vida de civis praticados por militares das Forças Armadas nos contextos do § 2º do art. 9º do CPM são de atribuição do MPF.

C) O recolhimento à prisão como condição para apelar aplica-se ao réu revel em qualquer caso, ainda que a sentença lhe permita apelar em liberdade.

D) Os Conselhos de Justiça podem desclassificar o crime sem manifestação do MPM nas alegações finais, se isso beneficiar o réu e constar da matéria fática.

40. De acordo com os precedentes do STM e da CCR do MPM, assinale a alternativa correta.

A) Manifestado o direito ao silêncio, as perguntas devem prosseguir normalmente e ser consignadas em ata, para registro das recusas.

B) Nos crimes contra a licitação com grave lesão à Administração Castrense, recomenda-se que o MPM evite pedir medidas constritivas de bens.

C) Manifestado expressamente o direito ao silêncio, o interrogatório deve ser interrompido de imediato, sem mais perguntas ou sua consignação em ata.

D) O recolhimento à prisão como condição para apelar não se aplica ao réu foragido, mas apenas ao revel cuja sentença negou o direito de apelar em liberdade.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM PORTO VELHO
Processo de Seleção de Residente Jurídico - Edital nº 01/2026/PJM/PVH/RO

PROVA SUBJETIVA

QUESTÃO 1

Discorra, de forma fundamentada, se é possível a aplicação do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) no âmbito da Justiça Militar da União.

(Rascunho)

QUESTÃO 2

Conforme o ordenamento jurídico atual, conceitue crime militar no Brasil.

(Rascunho)

DISCURSIVA

Na madrugada de 14 de março de 2026, o 6º Batalhão de Infantaria de Selva, sediado em Guajará-Mirim/RO, operava com a guarda reduzida. O Soldado Lucas, recruta que cumpria seu terceiro serviço de 24 horas em seis dias, guarnecia como sentinela o posto do paiol de munições. Em dado momento, o comandante da guarda, 3º Sargento Anderson, disse ao Soldado Lucas que, se o sono apertasse, poderia "encostar na guarita". Em seguida, o 3º Sargento Anderson ordenou ao Cabo Moura que deixasse seu posto no portão de viaturas e fosse buscar, na cerca dos fundos do quartel, uma mochila que conteria lanches. Cabo Moura obedeceu e o portão ficou sem vigilância por 25 minutos.

Durante a ronda, a oficial de dia encontrou o SD Lucas dormindo no chão da guarita, com o fuzil apoiado na parede, e, logo depois, flagrou o Cabo Moura retornando com a mochila, na qual havia 60 papelotes de cocaína e uma balança de precisão. No celular do 3º Sargento Anderson foram encontradas mensagens para recrutas, tabela de preços e comprovantes de Pix. Na revista do alojamento, foi encontrado no armário do Cabo Moura um cigarro com 1,8 g de maconha, que ele declarou ser para uso próprio, fora do quartel. Finalizada a instrução, foi dada solução ao Inquérito Policial Militar (IPM) e encaminhado ao MPM.

Analise o caso narrado e indique qual deverá ser a providência adotada pelo Promotor de Justiça Militar ao receber os autos do IPM (qual peça e quais fundamentos). Leve em consideração os atos praticados por cada envolvido e a solução jurídica pertinente (crimes praticados e demais circunstâncias relativas aos fatos).

(Rascunho)